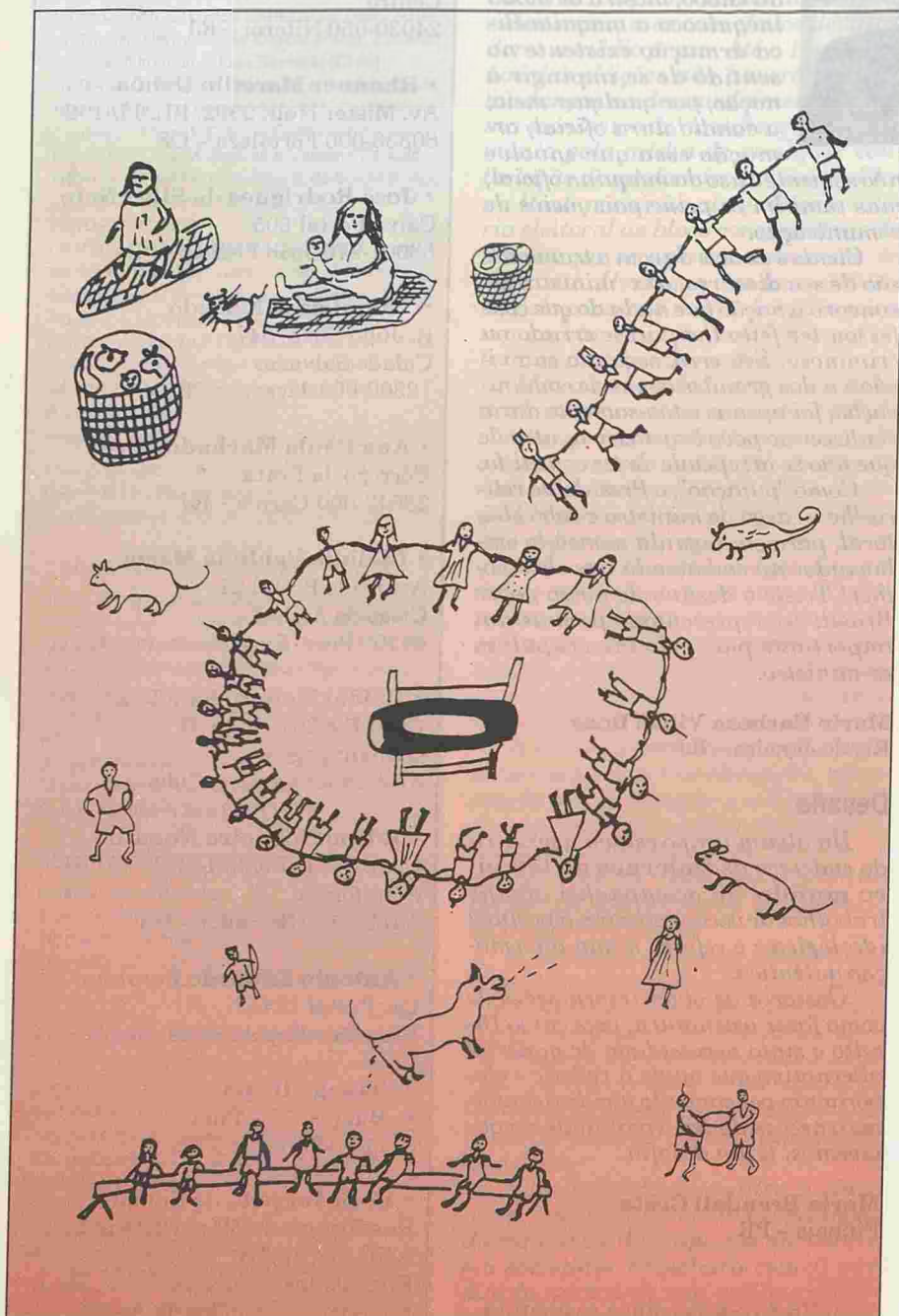


O saber indígena



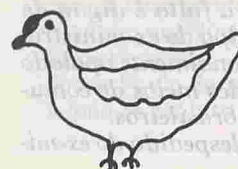
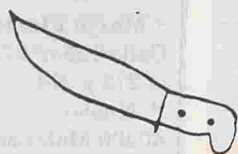
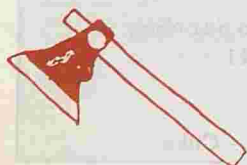
Experiências inovadoras estão mudando a maneira de educar o índio brasileiro, preservando conhecimentos e tradições através da sua afirmação como grupo étnico, ao mesmo tempo em que o preparam para ser cidadão, inserido na sociedade moderna

Sandra Almada

“Um país com mais de 200 línguas e culturas – mesmo que escondidas no interior de pequenas minorias étnicas – deveria estar descobrindo caminhos inexplorados para a criação artística, literária, musical, mas não é assim. Os vastos mundos do imaginário indígena convivem conosco desprezados, ignorados. Quase ninguém se aventura por eles.”

O depoimento de Betty Middlin, doutora em Antropologia e coordenadora de um programa de formação de professores indígenas em Rondônia, é parte de um conjunto de testemunhos pungentes que revelam os dramas, contrasensos e também as importantes conquistas de uma luta que quase nenhuma ressonância tem na sociedade brasileira.

Tal luta acontece nas aldeias, nas reservas indígenas e vem sendo travada por índios, professores-índios, pesquisadores, organizações não-governamentais (ONGs) e o governo, que defendem um projeto ousado – uma educação



indígena “específica e diferenciada”, que rompa com a tutela tradicional e comprovadamente ineficaz de instituições religiosas e das escolas da Fundação Nacional do Índio (Funai), e insira os grupos étnicos como gestores da própria educação.

Betty Middlin explica que, a exemplo de outro programa educacional bem-sucedido realizado no Acre, o projeto que coordena vem formando há dois anos educadores índios que passam a dar aulas em suas aldeias para crianças e adultos. O ponto de partida para todo o conteúdo a ser ensinado é a sua própria cultura, através da valorização do que são, fazendo deles pesquisadores do próprio mundo e do saber dos mais velhos, e extraindo os fios antigos de um conhecimento e de formas de vida que estão sendo abandonados.

Esse procedimento dentro da prática escolar, com a idéia de afirmação étnica e diferença cultural de adultos e crianças, tem como objetivo fazer com que estes grupos adquiram um novo olhar sobre si mesmos, como um povo que há séculos tem o que ensinar, diferente do da sociedade branca, que os despreza como ignorantes e analfabetos.

O novo modelo de educação traz a necessidade que estes povos têm de reverter a dramática situação em que se encontram, buscando melhores condições para a defesa de suas terras, seus direitos à educação e saúde – cuja garantia sob a responsabilidade do Estado brasileiro é negligenciada – e sua sobrevivência.

O alicerce fundamental desta proposta de educação é muito antigo e eminentemente político. Conhecer é, em todas as sociedades humanas, uma forma de afirmação pessoal e de poder. Neste caso, o poder do conhecimento pode lhes mudar um destino premeditadamente injusto.

Conflitos políticos – O antropólogo Terry Valle de Aquino, presidente da Comissão Pró-Índio (CPI) do Acre, ONG que há mais de uma década vem desenvolvendo projetos econômicos e sociais com as comunidades indígenas –



Através da educação, índios tentam reverter o processo de dominação

com cerca de 8.500 a 10.000 índios – deste estado, diz que grupos como os poianaua, os nuquini, os jaminauá, por exemplo, foram incorporados desde o fim do século passado como trabalhadores nas frentes extrativistas de seringa, castanha, madeira, peles de animais, entre outras. “Eles mantiveram, durante esses quase 100 anos, suas próprias línguas, rituais, mitologias e organização social. Mas foram também transformados em seringueiros, barraqueiros, diaristas, colonos de periferia das vilas e cidades da região, além de mateiros, varejadores, caçadores e peões nas fazendas agropecuárias”, explica o antropólogo.

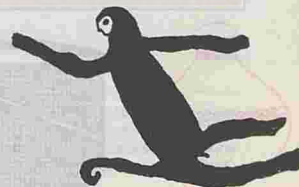
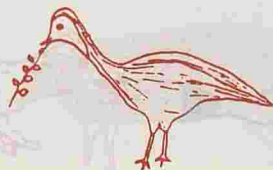
Foram sobretudo dolorosas as experiências com os donos dos seringais, na década de 70, que sustentavam e pagavam a mateiros profissionais que se especializavam na organização das “correrias”, caçando índios como se fossem bichos. O chefe caxinauá Alfredo de Sueiro, do rio Jordão, narra o drama dos índios acreanos: “Felizardo Cerqueira amansava caboclo pra trabalhar pra ele e depois botava a marca FC pra saber que o caboclo era só dele. Nós tudo aqui trabalhamos pro Felizardo. Ele teve pra mais de 80 filhos com as caboclas.”

Terry Aquino acrescenta que, para muitos grupos, esse engajamento como força de trabalho nos seringais significou a destruição de antigas aldeias, da vida cerimonial e de rituais, manipula-

ções de antigas regras de parentesco e casamento e o esquecimento de parte de suas culturas materiais e o abandono da língua materna pela do homem branco.

Imposições da escola formal

Nietta Lindenberg Monte é pedagoga, sócio-lingüista e coordena uma equipe multidisciplinar que vem desmontando esta relação viciada entre educação, cultura e índios no Brasil. O trabalho do qual está à frente chama-se *Uma experiência de autoria (ver quadro)* e já é referência da corrente ousada e inovadora do pensamento pedagógico brasileiro na formação de professores indígenas. Há 12 anos trabalhando na Comissão Pró-Índio do Acre, ela conta que a escola Poianaua – criada por Mâncio Lima em 1916 com o nome de Escola Cândido Rondon, destinada a alfabetizar esta nação em língua portuguesa –, tinha também a finalidade de “treinar os índios para votar nas eleições municipais. Como consequência desta escola formal, hoje somente os índios mais idosos do grupo conhecem a língua poianaua, sua mitologia e suas técnicas artesanais. O processo educativo, neste caso, foi um veículo eficaz para o etnocídio deste grupo”. Nietta lembra que, a partir de 1983, quando a comunidade poianaua inteirou-se de seus direitos, uma série de conflitos entre brancos e índios ocorreram, inclusive através da escola, que passou a ser dirigida por uma mo-



Nietta Monte:
valorizar as
diferenças



União de interesses

Um dos mais inovadores caminhos educacionais é o projeto Uma Experiência de Autoria, da CPI/Acre, que abrange 40 aldeias em 17 áreas indígenas, e do qual participam nove nações: caxinauá, catuquina, manchineri, jaminauá, iauanauá, poianauá, xauanauá, axaninka, apurinã.

A coordenadora do projeto, Nietta Lindenberg Monte, explica que os cursos de formação de professores índios, fio condutor do trabalho pedagógico, foram iniciados em 1983, a partir do interesse demonstrado por eles de que seus jovens se alfabetizassem em língua portuguesa, adquirissem noções básicas em aritmética para administrar por conta própria suas cooperativas de borracha e castanha, e transmitissem então para seus parentes nas aldeias os conhecimentos aprendidos nos cursos.

De lá para cá, 13 cursos de formação foram realizados e muitas cartilhas e livros didáticos criados num processo de co-autoria (são os professores e seus alunos os responsáveis pela elaboração de mais de 30 livros publicados). Desenvolveu-se, assim, um processo de ensino e pesquisa aplicada, em que interagem índios e não-índios, simultaneamente professores e pesquisadores de um novo modo de fazer educação, buscando um currículo diferenciado do que rege o sistema educacional. Hoje o projeto tem também um corpo de colaboradores de várias universidades brasileiras que produz conhecimentos aplicados de história, geografia, ciências, línguas indígenas e matemática.

O treinamento de professores reúne, durante os cursos, diferentes etnias num mesmo espaço. Nietta acrescenta: "Aidéia do 'outro' é importante na formação humana, no aspecto social e no individual. É preciso compreender e respeitar a diferença entre culturas indígenas diversas e entre essas e a cultura do 'branco'. Tal encontro entre culturas não deve ser uma colisão desestruturante, mas um diálogo, no qual eles fazem escolhas e tomam decisões sobre o que deve ser apropriado, rejeitado ou superado."

Os grupos do Acre e muitos outros hoje envolvidos em processos de alfabetização usam a língua escrita, seja sua própria ou a portuguesa, com funções importantes para o fortalecimento e renovação da identidade étnica. Por exemplo, passam a registrar em documentos escritos estas culturas em seus muitos saberes, como os mitos de origem, formas particulares e complexas de explicação dos fenômenos físicos como o sol, a lua, o trovão. Neste encontro cultural, os mitos são preservados, ganham novos sentidos e são indicadores dos processos dinâmicos que movem as culturas.

nitora índia formada pelo curso da CPI do Acre, marcando a mudança nas relações entre as empresas seringalistas e aquela comunidade.

Conscientização – Reverter esse processo de dominação é sinônimo de uma luta que extrapolou os limites deste grupo étnico e mobilizou várias nações indígenas em todo o país. Um esforço político que, a despeito de enormes entraves, faz com que, na década de 90, as relações de subserviência estejam profundamente abaladas.

Terra, saúde, educação e projetos que lhes assegurem possibilidades de desenvolvimento sustentável são tópicos de uma pauta de reivindicações que, já no final dos anos 70, impulsionou os movimentos sociais indígenas – com a participação de indigenistas –, marcando a atuação destas "minorias" nas lutas dentro do processo de redemocratização do país.

"As lideranças indígenas que, àquela época, participavam das reuniões de chefes das tribos, promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), utilizavam o Português como língua de comunicação e começaram a perceber que, além de tupirapés, xavantes etc., eles constituíam etnias, culturas e sociedades diferentes entre si, e diferentes em relação à cultura do branco", explica Ruth Montserrat, lingüista e professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela afirma que o Brasil passou a ser percebido por estes grupos como um país plurinacional, com cerca de duas centenas de nações indígenas minoritárias e uma massa majoritária chamada de povo brasileiro, constituído pelas mais variadas procedências étnicas, geográficas e sócio-econômicas, ligadas por uma língua (o Português), uma economia e um território comuns. "Veio em seguida a consciência de que as comunidades indígenas, queiram ou não, integram o sistema econômico dominante, dele dependem e não podem dele prescindir", completa Montserrat.



A lingüista também esclarece que, até então, se o conceito genérico de “índios” não existia para estes grupos, sendo utilizado apenas por nós, eles passaram a partir daí a dar uma forma real ao conceito, atribuindo-lhe um sentido político. “No início da década de 80, se formou a União das Nações Indígenas (UNI) e depois dela vieram várias outras entidades criadas por diferentes grupos étnicos. Hoje, já existe a Federação das Organizações e Associações Indígenas de Roraima e da Amazônia. Os índios já há algum tempo começaram a falar em nome de si mesmos”, informa a lingüista.

Diálogo – A população indígena não passa hoje de cerca de 250 mil brasileiros historicamente discriminados. Parcela ínfima – 0,2% do total de 450 milhões de habitantes do país – principalmente se lembrarmos de que eles eram estimados em 6 milhões de indivíduos à época do “descobrimento” do Brasil e que, só na primeira metade deste século, mais de 90 sociedades e línguas foram destruídas. Talvez por isso os povos embrenhados nas florestas, resistentes ao contato, não devam tentar estreitar os laços de aproximação.

“No caso dos índios”, comenta a antropóloga Betty Middlin, “o massacre não é apenas físico. O grande número de mortos nos últimos anos, principalmente em 1988 e 1993, entre os ianomâmi, os ticuna, os índios isolados do Igarapé Omeré, os uru-eu-au-au significa uma tragédia espiritual, como se existissem almas roubadas pelos missionários, pelas madeireiras, pela mineração, por um governo incapaz”.

O pensamento de um número crescente de profissionais voltados para a especificidade da educação indígena defende uma prática escolar baseada não somente na afirmação étnica destes povos mas também no “diálogo” – e não no domínio – entre suas culturas milenares e ameaçadas e a civilização ocidental moderna.

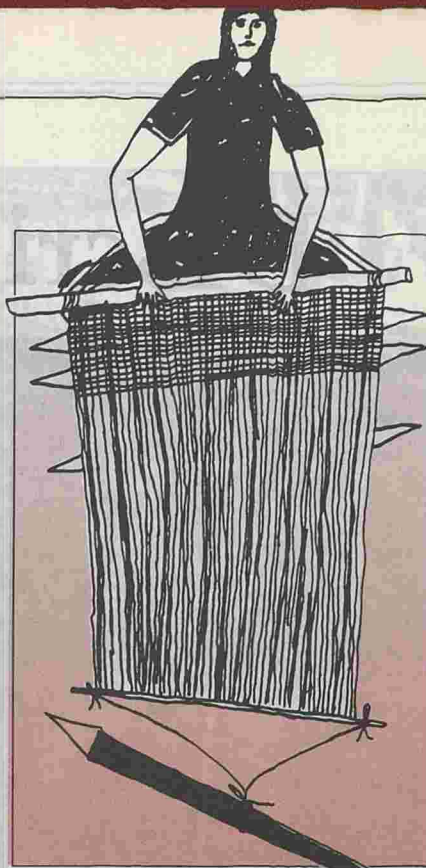
Na prática, eles estão criando currículos bilíngües – voltados tanto para o

ensino do Português quanto para a alfabetização também na língua materna dos grupos – e intercultural – o saber, os *etnoconhecimentos* das nações indígenas se somam aos saberes historicamente acumulados e transmitidos pela escola tradicional do “branco”.

O senso comum – Se esta pedagogia trafega na contramão da história tradicional da educação indígena, ela esbarra, ainda, naquilo que o senso comum e o imaginário social brasileiros forjaram para justificar o etnocídio dos grupos indígenas.

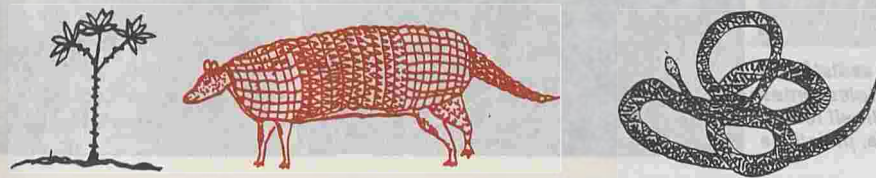
Segundo a lingüista Ruth Montserrat, desde 1500 já se dizia o que se diz hoje: “Os índios estão atrasados, em estágio primitivo da civilização. Mas como eles têm alma, são seres humanos, têm o direito de subir até nossa cultura. Então vamos lhes dar leis, roupas, religião para que eles se transformem em cidadãos como nós, deixando estas línguas bárbaras e assimilando o Português.” E dá um exemplo atualíssimo desta forma de pensar secular, discriminatória e etnocêntrica: “Recentemente, o ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe, declarou que, até o final deste século, os índios não mais existiriam, estariam integrados, teriam assimilado a nós, a sociedade nacional. Impossível realizar em tão curto espaço de tempo o que em cinco séculos não se conseguiu.” A assimilação total, segundo ela, é uma tentativa ingênua e historicamente frustrada, atrás da qual se esconde o pensamento de que, se não houver índios, se todos se tornarem cidadãos brasileiros, não haverá terras indígenas, não haverá territórios imemoriais para se defender. Então toda a riqueza que há nestas terras pode ser dividida.

Novos rumos – Se por um lado a “civilização”, há séculos, invade as terras indígenas e estabelece um contato des governado, também é capaz de, numa contrapartida ideológica, a judar a reverter o quadro que ela mesma criou. Pelo menos é assim que pensa a antropóloga Maria Araci Lopes da Silva, re-



presentante da Sociedade Brasileira de Antropologia no Comitê de Educação Escolar Indígena – criado pelo Ministério da Educação no ano passado e composto por representantes de ONGs, universidades e grupos indígenas que assessoram o órgão na implantação de uma política nacional de educação escolar indígena, que mobilizará secretarias estaduais e prefeituras para que sejam instaladas escolas indígenas em todo o país, em atendimento à Constituição e às reivindicações dos índios.

Para Maria Araci, esse tipo específico de educação avançou muito pouco no âmbito governamental, mas encontrou caminhos seguros em experiências variadas levadas a efeito pela atuação conjunta de grupos indígenas e de assessores não-indígenas ligados principalmente a ONGs e algumas universidades. A avaliação da antropóloga mostra que já existem sistematizações críticas, materiais didáticos, práticas pedagógicas construídas, testadas e aprovadas que devem ser a base de qualquer política pública de educação nesse âmbito. Uma ótica que contrariaria tudo o que foi feito, até hoje, para se integrar o índio, através da escolarização, à sociedade do país. ■



Os desenhos destas páginas foram retirados de duas cartilhas de geografia ilustradas e escritas em caxinauá e em manchineri pelos índios, organizadas pelo geógrafo Renato Gavazzl, da equipe de educação da CPVAC